

Descaso faz Educação perder recursos

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, achou surpreendente e lastimável os primeiros resultados de um levantamento feito pela nova Secretaria Nacional de Educação Tecnológica sobre os recursos originários de organismos financeiros mundiais recebidos pelo MEC para a área de escolas técnicas, concluindo que grande parte desses recursos não foram repassados por falta de prestação de contas. Na avaliação do Ministro, na atual crise brasileira em que os recursos são escassos "a ajuda externa não pode ser tão mal empregada ou deixar de ser recebida por falta de prestação de contas".

Para atender a solicitação do Ministro, a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, órgão do MEC responsável pelo ensino nesse setor, solicitou uma auditoria que está sendo realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional com a finalidade de regularizar a prestação de contas de um acordo feito com o Banco Mundial, no valor total de 46 milhões de dólares, que tinha prazo de execução com término em 1988 mas que não foi totalmente cumprido. Do total acertado, 26 milhões representam a contrapartida nacional e 20 milhões de dólares o empréstimo internacional, do qual ainda restam 10,9 milhões a serem repassados.

O acordo foi negociado para execução no período de 1984 a 88, visando o fortalecimento do ensino técnico, agrícola e industrial, atra-

vés da aquisição de componentes de obras, equipamentos, treinamento de recursos humanos e estudos, no período do acordo, chegou-se a atingir 60 por cento das metas físicas estabelecidas. A partir de então, ocorreram duas prorrogações, chegando-se a 70 por cento das metas previstas no contrato.

Irregularidade

A falta de prestação de contas dos recursos repassados às unidades executoras, comprometendo o saque do empréstimo e a morosidade de órgãos do ministério na realização de licitações internacionais (à época sob responsabilidade do extinto Cedate), são, na avaliação da nova equipe da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, os principais entraves para o desenvolvimento do acordo, prejudicado principalmente pela falta de repasses do empréstimo, já que a contrapartida nacional está praticamente cumprida. Dos 26 milhões que couberam ao governo brasileiro, 24,4 milhões de dólares já foram aplicados.

Ao acertar a auditoria o MEC também definiu com a Secretaria do Tesouro Nacional o prazo de 40 dias para regularizar a prestação de contas das unidades executoras dos acordos. Com isso, a nova Secretaria de Educação Tecnológica pretende agilizar o processo de ressarcimento pelo banco e minimizar os custos (juro, taxa de retenção, etc.) do acordo internacional.